

Dia nacional de luta dos trabalhadores do

JUDICIÁRIO

29 DE OUTUBRO

IMORALIDADES NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINTAJ, participando do dia Nacional de Luta dos Trabalhadores do Judiciário, vem levar ao conhecimento da população baiana a PEC 63/2013, que tramita no Congresso Nacional, com o objetivo de criar o quinquênio sobre o subsídio da magistratura e membros do Ministério Público, em que, se aprovada, elevará a remuneração destes a valores bem acima do teto constitucional.

Traz a ciência também que o Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu decisão liminar e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, regulamentou auxílio moradia, também para a Magistratura e membros do Ministério Público, no valor de R\$ 4.377,73, o que vem causando preocupação a alguns tribunais. A exemplo: o TJRS “que já admitiu que para pagar o auxílio moradia terá que economizar até na tinta de impressora, sem contar a restrição nas condições de trabalho e outros investimentos necessários na melhoria dos prédios de fóruns. O que terá um impacto direto nos serviços prestados à população (como publicado pela FENAJUD)”. A corte baiana por sua vez, na pessoa do Presidente, em entrevista ao Bahia Notícias, afirma que “vai observar e demandar as áreas competentes para saber **“DE ONDE VAI TIRAR O DINHEIRO”** para pagar o auxílio aos magistrados, que deverá ter um impacto anual de R\$ 20 milhões no orçamento do TJBA”.

Tudo isso nos preocupa enquanto entidade sindical, tendo em vista a precarização dos serviços judiciários, com a má gestão dos recursos públicos que reflete nos servidores e na prestação jurisdicional, atingindo principalmente, a toda sociedade brasileira.

O comprometimento dos recursos orçamentários e a sua má gestão precarizam os investimentos na infraestrutura, impossibilita os planos de carreira, inviabiliza os concursos públicos, incentivando a contratação de mão de obra terceirizada de curta duração, contrariando os interesses dos servidores e da sociedade.

O judiciário Brasileiro tem se revelado complacente em permitir diversos privilégios aos seus membros em detrimento das reivindicações dos servidores nos diferentes estados, deixando de acolher sugestões que proporcionariam um melhor serviço no Judiciário.

E nós, classe trabalhadora do Poder Judiciário do Estado da Bahia, não podemos aceitar as **“IMORALIDADES”** e incoerências que vem acontecendo na aplicação das verbas públicas no Judiciário Brasileiro.

sindicato **FORTE**, servidor **RESPEITADO!**



Dia nacional de luta dos trabalhadores do

JUDICIÁRIO

29 DE OUTUBRO

IMORALIDADES NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINTAJ, participando do dia Nacional de Luta dos Trabalhadores do Judiciário, vem levar ao conhecimento da população baiana a PEC 63/2013, que tramita no Congresso Nacional, com o objetivo de criar o quinquênio sobre o subsídio da magistratura e membros do Ministério Público, em que, se aprovada, elevará a remuneração destes a valores bem acima do teto constitucional.

Traz a ciência também que o Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu decisão liminar e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, regulamentou auxílio moradia, também para a Magistratura e membros do Ministério Público, no valor de R\$ 4.377,73, o que vem causando preocupação a alguns tribunais. A exemplo: o TJRS “que já admitiu que para pagar o auxílio moradia terá que economizar até na tinta de impressora, sem contar a restrição nas condições de trabalho e outros investimentos necessários na melhoria dos prédios de fóruns. O que terá um impacto direto nos serviços prestados à população (como publicado pela FENAJUD)”. A corte baiana por sua vez, na pessoa do Presidente, em entrevista ao Bahia Notícias, afirma que “vai observar e demandar as áreas competentes para saber **“DE ONDE VAI TIRAR O DINHEIRO”** para pagar o auxílio aos magistrados, que deverá ter um impacto anual de R\$ 20 milhões no orçamento do TJBA”.

Tudo isso nos preocupa enquanto entidade sindical, tendo em vista a precarização dos serviços judiciários, com a má gestão dos recursos públicos que reflete nos servidores e na prestação jurisdicional, atingindo principalmente, a toda sociedade brasileira.

O comprometimento dos recursos orçamentários e a sua má gestão precarizam os investimentos na infraestrutura, impossibilita os planos de carreira, inviabiliza os concursos públicos, incentivando a contratação de mão de obra terceirizada de curta duração, contrariando os interesses dos servidores e da sociedade.

O judiciário Brasileiro tem se revelado complacente em permitir diversos privilégios aos seus membros em detrimento das reivindicações dos servidores nos diferentes estados, deixando de acolher sugestões que proporcionariam um melhor serviço no Judiciário.

E nós, classe trabalhadora do Poder Judiciário do Estado da Bahia, não podemos aceitar as **“IMORALIDADES”** e incoerências que vem acontecendo na aplicação das verbas públicas no Judiciário Brasileiro.

sindicato **FORTE**, servidor **RESPEITADO!**

